

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS COM ENTREGA PARCELADA – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n° 70/2023

PROCESSO - 2023/00291 – SEI- 269.00000071/2023-57

OFERTA DE COMPRA N° 091301090472023oc00116

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
04/09/2023**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/09/2023

às 9:00 horas

A FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ/ MF sob n.º 52.030.830/0001-65, neste ato representada nos termos da competência atribuída pela Portaria FPS/HSP n.º 10/22, pela Diretora de Administração Sra. **MÁRCIA TEIXEIRA GURGEL DO AMARAL**, residente e domiciliada nesta capital, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 9.741-92 e do sob CPF n.º 228.818.753-00, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual n.º 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade,, situada a Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225 – Complexo do Hospital das Clínicas Bairro Cerqueira César – Prédio da Administração - 2º andar, a licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO** objetivando a **AQUISIÇÃO DE** tubos plásticos para coleta de sangue a vácuo com cessão de equipamento destinado ao destampamento destes, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n.º 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio

de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. **Descrição.** A presente licitação tem por objeto a aquisição de **LOTE ÚNICO FORMADO PELOS ITENS:**

Item 01- 115.500 – (cento e quinze mil, e quinhentos) unidades de tubo a vácuo com anticoagulante 6 a 7 ml;

Item 02 – 112.500 (cento e doze mil e quinhentos) unidades de tubo vácuo anticoagulante EDTA K3 2 ml;

Item 03 – 219.000 (duzentas e dezenove mil) unidades de tubo vácuo s/ant. coagulante 05 ml c/gel separador.

Conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como **Anexo I**.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. **Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.2.11. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022).

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. **Uso do sistema BEC/SP.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. **Direito de preferência.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 deste Edital.

2.8. **Participação de cooperativas.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011.

2.8.1. Às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, estendem-se as regras previstas para as microempresas e empresas de pequeno porte referentes ao direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como à fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9.

2.8.2. Para o exercício do direito de preferência e a fruição do benefício de habilitação indicados no item 2.8.1, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto no item 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. **Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. **Preços.** Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.2.3. **Simple Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simple Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simple Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. **Reajuste.** O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;
 - a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- b) Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais

quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta o qual será avaliado conforme índices previstos no Anexo VII.

b.1) no caso de empresa constituída há menos de ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; b.2) as sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente;

4.1.4. Declarações e outras comprovações

4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022.

4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. **Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da "Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte", expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.1.4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

4.1.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4.6. Declaração subscrita por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, alvará/licença/autorização, caso solicitado no Anexo I, Termo de Referência deste Edital.

4.1.5. Qualificação técnica

4.1.5.1. Observar todas as exigências contidas no Termo de Referência parte integrante deste Edital.

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto do contrato, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 6.920,89 e incidirá sobre o valor total do lote.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível

ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.

5.7. **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Unidade Compradora que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.8.4. Amostras. Antes da apreciação dos documentos de habilitação, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública para que o licitante detentor da melhor oferta apresente, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, amostra(s) do(s) produto(s) objeto desta licitação na seguinte(s) quantidade(s):

Item 1 – 300 (trezentas) unidades em embalagem original.

Item 02 – 50 (cinquenta) unidades em embalagem original,

Item 03 - 50 (cinquenta) unidades em embalagem original,

5.8.4.1. Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada.

5.8.4.2. Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será contado a partir da data de postagem das amostras.

5.8.4.3. A amostra deverá ser acompanhada do Protocolo de Entrega de Amostra conforme o modelo estabelecido no **Anexo VI, o qual será subscrito pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo.**

5.8.4.4. A(s) amostra(s) será(ão) avaliada(s) pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

5.8.4.4.1. Se a amostra for aceita, o Pregoeiro retomará a sessão pública informando os demais licitantes dessa decisão e prosseguirá para a avaliação dos requisitos de habilitação. A quantidade de produtos apresentados como amostra serão

subtraídos do quantitativo total a ser entregue pelo licitante vencedor.

5.8.4.4.2. Se a amostra for rejeitada, ou não for entregue no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro retomará a sessão pública para convocar o licitante detentor da segunda melhor oferta a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições do primeiro colocado.

5.8.4.5. A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado.

5.9. **Exame das condições de habilitação.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema BEC/SP ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a

que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. **Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7. **Adjudicação.** A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. Remissão ao Termo de Referência. Os bens deverão ser fornecidos em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, em conformidade com o cronograma abaixo estipulado, até que seja atingida a quantidade total adquirida nesta licitação, na Av. Rebouças nº600 - setor das docas - subsolo do Prédio dos Ambulatórios Complexo do Hospital das Clínicas - telefone 4573-7540, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, inclusive previdenciários decorrentes do fornecimento.

Item 01 - (01 x 13.100) + (08 x 12.800) a cada 30 dias

Item 02 - (8 x 12.800) + (1 x 10.100) a cada 30 dias

Item 03 - (08 x 24.300) + (01 x 24.600) a cada 30 dias

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. **Remissão ao contrato.** As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

10. PAGAMENTOS

10.1. **Remissão ao contrato.** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o disposto no termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. **Celebração.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php),

devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

11.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos

da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.

11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de

Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>.

12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP.

15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7. **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imprensaoficial.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS” e www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO”.

15.9. **Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. Anexos. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III – Modelos de Declarações;

Anexo IV – Portaria nº 07 de 23/05/2011

Anexo V - Minuta de Contrato e Comodato

Anexo VI - Modelo de Protocolo de Entrega de Amostras

Anexo VII - Índices de Avaliação do Balanço Patrimonial

MÁRCIA TEIXEIRA GURGEL DO AMARAL

Diretora de Administração

Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo

ANEXO I

DESCRIPTIVO TÉCNICO DE MATERIAL

1 – OBJETO:

Aquisição de tubos plásticos para coleta de sangue a vácuo com cessão de equipamento destinado ao destampamento destes.

2 – CÓDIGO DO ALMOXARIFADO FPS:

Item (1) 44.29.981 - Imunohematologia de doadores

Item (2) 44.29.974 - Sorologia

Item (3) 44.29.976 - Sorologia

3– JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

A aquisição se faz necessária para a realização de coleta de sangue de doadores com a finalidade de qualificar estas amostras na Sorologia e Imunohematologia, conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 5.

4 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Item 1 – Tubo com anticoagulante EDTA-K3 ou K2 com volume de 6 mL a 7 mL (Jateado na parede do tubo).

Tubo de plástico para coleta de sangue a vácuo, apirogênico, transparente, liso, incolor, com bordas e superfícies regulares, integro e resistente ao manuseio, medindo 13 X 100 mm, com anticoagulante EDTA – K3 ou K2 6 mL – 7 mL (jateado na parede do tubo).

Capacidade para coleta de 6 mL – 7 mL, com quantidade de vácuo suficiente para aspirar os 6 mL – 7 mL, de forma a não provocar hematomas. Deverá conter tampa siliconada, com capa protetora flexível, sem trava e de fácil retirada, macia, que permita a penetração da agulha com facilidade, sem apresentar vazamentos e/ou escape da mesma durante a manipulação.

Conter etiqueta de identificação aderida ao tubo a 1 cm da borda superior contendo o número do lote, validade, capacidade de aspiração e descrição do EDTA.

O tubo deverá adaptar-se perfeitamente aos seguintes equipamentos em uso do Departamento de Imunohematologia de Doadores: Centrífugas sorológicas de bancada e ao equipamento automatizado de Tipagem Sanguínea.

Após o procedimento de coleta de sangue, os tubos não poderão apresentar coágulos.

Item 2 – Tubo sem anticoagulante com gel separador com volume de 5 mL.

Tubo plástico para coleta de sangue a vácuo sem anticoagulante com gel separador (para a obtenção do soro) e ativador de coágulo, apirogênico, transparente, liso,

estéril, não siliconado, incolor, com bordas e superfícies regulares, íntegro e resistente ao manuseio, medindo 13 x 100 mm.

Capacidade para coleta de 5 mL com quantidade de vácuo suficiente para aspirar os 5 mL, de forma a não provocar hematomas. Deverá conter tampa siliconada, com capa protetora flexível, sem trava e de fácil retirada, macia, que permita a penetração da agulha com facilidade, sem apresentar vazamentos e/ou escape da mesma durante a manipulação.

Conter etiqueta de identificação aderida ao tubo a 1 cm da borda superior contendo o número do lote, validade e capacidade de aspiração.

O tubo deve ser compatível com o dispositivo coletor de amostra de bolsas plásticas para coleta de sangue total.

Devem ser resistentes à velocidade de centrifugação de 3000 a 3500 RPM até o tempo programado de 15 minutos.

Item 3 – Tubo com anticoagulante EDTA K3 ou K2 com volume de 2 mL.

Tubo plástico para coleta de sangue a vácuo com anticoagulante EDTA K3 ou K2, estéril, apirogênico, transparente, liso, incolor, com bordas e superfícies regulares, íntegro e resistente ao manuseio, medindo 13 X 75 mm.

Capacidade para coleta de 2 mL com quantidade de vácuo suficiente para aspirar os 2 mL, de forma a não provocar hematomas. Deverá conter tampa siliconada, com capa protetora flexível, sem trava e de fácil retirada, macia, que permita a penetração da agulha com facilidade, sem apresentar vazamentos e/ou escape da mesma durante a manipulação.

Conter etiqueta de identificação aderida ao tubo a 1 cm da borda superior contendo o número do lote, validade, capacidade de aspiração e o aditivo.

Quantidade de anticoagulante adequado à capacidade do tubo, de forma que não haja coagulação do sangue após a coleta.

O tubo deve ser compatível com o dispositivo coletor de amostra de bolsas plásticas para coleta de sangue total.

4.1 – Normas de Referência:

Deverá ser apresentado registro no Ministério da Saúde do produto ou documento comprobatório de isenção do mesmo; informações técnicas em português.

4.2 – Apresentação:

O produto deverá ser apresentado em sua embalagem original e lacrado, de modo a evitar que o material se danifique durante o transporte e estocagem, contendo rótulo em português com identificação do número do lote, data de validade, marca, nome do fabricante e constar que o produto é apirogênico.

A entrega do produto deverá ser de no máximo dois lotes diferentes a cada remessa em quantidades suficientes para a realização da inspeção de qualidade e utilização

nas rotinas conforme o descrito no item 7 (Testes de Desempenho e Critérios de Aceitação).

4.3 – Validade / Garantia:

Mínima de 6 meses, a partir da data de entrega do produto no Almoxarifado.

5 - Comodatos dos equipamentos

A empresa vencedora deverá fornecer, em até 10 (dez) dias contados da assinatura do Termo de Contrato, os equipamentos em regime de comodato a serem instalados no Departamento de Imunohematologia de Doadores e Departamento de Sorologia da FPSHSP.

- 02 (dois) equipamentos para retirada de tampas e capas.

Especificações do equipamento:

1. Ser compatível com os tubos fornecidos devendo realizar a retirada das tampas e capas e fornecer todos acessórios necessários para funcionamento.
2. Tensão elétrica de alimentação por seleção automática, 60 Hz, monofásico.
3. Equipamento com dimensões aproximadas de no máximo 60 cm de profundidade, 50 cm de largura e 30 cm de altura.
4. Durante o período de duração do contrato, a empresa vencedora deverá fornecer assistência técnica permanente para o bom funcionamento dos equipamentos.
5. Em caso de quebra dos equipamentos, os mesmos deverão ser substituídos em até 03 dias úteis, contendo a mesma documentação,

6 – TESTES DE DESEMPENHO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Item 1 – Tubo com anticoagulante EDTA-K3 ou K2 com volume de 6 mL a 7 mL (Jateado na parede do tubo).

Na fase licitatória a empresa deverá apresentar no mínimo 300 unidades de amostras em embalagem original, rótulo em português com identificação apresentando a marca, data de validade e o número do lote. A entrega de amostra se faz necessário, pois o item em questão será testado para todos os requisitos descritos no item 4 e segundo critérios de aceitação descritos na tabela abaixo.

Parâmetros	Especificações	Score
Inspeção Visual no Depto. de Controle de Qualidade em Imunohematologia	<ul style="list-style-type: none"> - Os tubos deverão estar em embalagem original, que evitem que o material se danifique durante o transporte e estocagem. - Deverão ser de plástico transparente, liso, incolor, com bordas e superfícies regulares, integro medindo 13 X 100 mm, com anticoagulante EDTA. - Deverá conter tampa siliconada, com capa protetora flexível, sem trava; - Conter etiqueta de identificação aderida ao tubo a 1 cm da borda superior contendo o número do lote, validade, capacidade de aspiração e descrição do EDTA. - Embalagem deverá conter Rótulo em português com identificação do número do lote, data de validade, marca, nome do fabricante e material apirogênico 	Qualquer item não atendido desclassificará o Licitante.
Inspeção Técnica no Depto. de Coleta	- Capacidade para coleta de 6 mL – 7 mL, com quantidade de vácuo suficiente para aspirar os 6ml - 7ml, de forma a não provocar hematomas:	≤2% Aprovado >2% Reprovado
	- Se apresentar falta parcial ou total de vácuo	Item não atendido desclassificará o Licitante.
	- Capa protetora macia, que permita a penetração da agulha com facilidade e encaixe no canhão da bolsa coletora.	Item não atendido desclassificará o Licitante.
Inspeção Técnica no Depto. de Imunohematologia de Doadores	Não poderá apresentar vazamentos e/ou escape do sangue coletado durante a manipulação.	Item não atendido desclassificará o Licitante.
	Deverá adaptar-se perfeitamente aos seguintes equipamentos em uso do Depto. de Imunohematologia de Doadores: Centrífugas sorológicas de bancada e ao equipamento automatizado de Tipagem Sanguínea.	Item não atendido desclassificará o Licitante.
	Presença de Coágulo	≤2% Aprovado >2% Reprovado

As avaliações dos itens 2 (Tubo sem anticoagulante com gel separador com volume de 5 mL) e 3 (Tubo com anticoagulante EDTA K3 ou K2 com volume de 2 mL), serão realizadas pelos Departamentos de Controle de Qualidade da Sorologia e de Coleta de sangue total da FPSHSP.

Na fase licitatória a empresa deverá apresentar no mínimo 50 tubos em embalagem original, lacrada, com rótulo em português e com identificação apresentando: marca, data de validade e o número do lote.

O departamento de coleta de sangue deverá avaliar:

1. Quantidade de vácuo
2. Formação de hematoma
3. Penetração da agulha na tampa
4. Vazamento e escape da tampa durante o procedimento
5. Compatibilidade do tubo com o dispositivo coletor de amostras de bolsas plásticas para coleta de sangue total

O Departamento de Controle de Qualidade da Sorologia deverá avaliar as características dos tubos conforme citado no tópico DESCRIÇÃO DO OBJETO para o Item 2 (Tubo sem anticoagulante com gel separador com volume de 5 mL) e Item 3 (Tubo com anticoagulante EDTA K3 ou K2 com volume de 2 mL).

1. Tubo plástico para coleta de sangue a vácuo, estéril, apirogênico, transparente, liso, incolor, com bordas e superfícies regulares, íntegro e resistente ao manuseio com dimensões e aditivos exigidos
2. Capacidade de coleta de acordo com o item especificado
3. Manuseio da tampa (transporte, coleta e centrifugação)
4. Análise da etiqueta de identificação, lote, validade.
5. Inspeção visual do tubo.

Aprovação: Todos os itens avaliados devem ser atendidos na sua integralidade.

O prazo para os testes e o devido parecer técnico será de 15 dias úteis.

7 – LOCAL DE ENTREGA: Travessa da Rua Dr. Ovídio Pires de Campos com a Avenida Rebouças nº 600, Cerqueira César, São Paulo-SP. Docas de Recebimento de Materiais – Almoxarifado da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo.

ANEXO II
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QTD. PEDIDA	QTD. OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	tubo a vácuo com anticoagulante 6 a 7 ml;	unidade	115.500			
2	tubo vácuo anticoagulante EDTA K3 2 ml;	unidade	112.500			
3	tubo vácuo s/ant. coagulante 05 ml c/gel separador.	unidade	219.000			

As licitantes poderão consignar em sua propostas, expressamente, a opção de se utilizarem da faculdade de isenção do ICMS, mediante DECRETO N. 48.034, DE 19 DE AGOSTO – somente empresas localizadas no Estado de São Paulo

Dados do Responsável:

Nome:

Cargo:

RG:

E-mail

CPF

Telefone

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.4

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

PORTARIA DO DIRETOR PRESIDENTE, n.º 07, de 23 de maio de 2011

O DIRETOR PRESIDENTE da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, fundamentando-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 48.999/2004, na Lei Estadual nº 6.544/89 e Resolução da Casa Civil n.º 52, de 19 de julho de 2005, e

Considerando ser imprescindível, notadamente no que se refere a aplicação de penalidades, o estabelecimento de condições prévias e objetivamente tipificadas, de forma a garantir a legalidade das decisões tomadas pela Administração;

Considerando que é certo que cada parte tem o dever de cumprir suas prestações na forma, no tempo e no lugar previstos no contrato e que a ofensa às previsões contratuais é juridicamente relevante na medida em que ofende ao interesse público;

Considerando, ainda, a necessidade de uniformizar a aplicação das multas no âmbito desta Fundação,

RESOLVE

Art. 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direito, a que se referem os artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, com suas alterações posteriores e artigo 7º da Lei nº 10.520/02, obedecerá às normas estabelecidas nesta Portaria.

SEÇÃO I – DA OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE

Art. 2º - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

SEÇÃO II – DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES APLICÁVEIS AOS LICITANTES E AOS CONTRATADOS

Art. 3º - A inexecução total ou parcial do contrato, o atraso injustificado ou ainda quaisquer descumprimentos de obrigações previstas em edital, sujeitarão o contratado ou licitante à aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93;

IV- declaração de inidoneidade com arrimo no artigo 87 da Lei 8.666/93, cuja competência é exclusiva do Secretário Estadual da Saúde.

V- impedimento de licitar e contratar com Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, notadamente no que atina à modalidade pregão para aquisição de bens ou serviços comuns nos termos da Lei 10.520/02.

SEÇÃO III – DA ADVERTÊNCIA

Art. 4º - A advertência é a sanção por escrito que será destinada pela Administração ao infrator quando o descumprimento ao edital ou ao contrato for considerado de

natureza leve, sanção esta que poderá ser aplicada concomitantemente com outras penalidades, tudo a critério da Administração.

SEÇÃO IV – DA MULTA POR RECUSA EM ASSINAR, ACEITAR OU RETIRAR O CONTRATO

Art. 5º- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar, retirar o contrato ou o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE** ou a impossibilidade de contratação motivada por descumprimento de obrigação editalícia, caracterizará descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- I – multa de 20% sobre o valor total da obrigação não cumprida; ou
- II – pagamento correspondente à diferença de valor entre a proposta vencedora e o valor despendido por esta Instituição decorrente da contratação da segunda colocada, quando couber.

SEÇÃO V – DA MULTA POR ATRASO INJUSTIFICADO

Art. 6º - Quando a Administração não julgar pertinente a imediata rescisão do contrato, o atraso injustificado na execução da obra, na prestação do serviço ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no artigo 4º desta Portaria, sujeitará o contratado ao pagamento de multas moratórias, as quais incidirão sobre o valor global do ajuste, nas seguintes proporções:

atraso de até 5 dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso;

atraso de 6 a 15 dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso;

atraso de 16 a 60 dias, multa de 0,3% (quatro décimos por cento) por dia de atraso;

§ 1º- Os atrasos injustificados superiores a 60 (sessenta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados como inexecução contratual.

§ 2º - O material não aceito pela **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE** deverá ser retirado ou substituído pelo contratado no prazo estipulado pela Administração, não podendo ultrapassar em nenhuma hipótese 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da comunicação expressa da área de Gestão de Suprimentos.

§ 3º - o não cumprimento da obrigação prevista no parágrafo anterior implicará na aplicação de multas estabelecidas nos itens I a III deste artigo, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo previsto no referido parágrafo.

SEÇÃO VI - DAS REPROVAÇÕES PELO CONTROLE DE QUALIDADE DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Art. 7º - Se durante a execução do contrato um lote de produtos adquiridos for reincidentemente reprovado pelo Controle de Qualidade da Fundação Pró-Sangue, sujeitar-se-á a contratada às sanções previstas no artigo 3º desta Portaria.

SEÇÃO VII – DA MULTA POR INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL

Art. 8º - A inexecução total do ajuste se configurará quando o contratado deixar de cumprir mais de 50% (cinquenta por cento) das suas obrigações contratuais, bem como no caso previsto no artigo 5º desta Portaria.

Art. 9º - A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa nos termos dos itens I e II deste artigo.

pela inexecução total do ajuste, multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor global do contrato;

pela inexecução parcial do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo remanescente do respectivo ajuste.

SEÇÃO VIII - DA SUSPENSÃO E DO IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 10 - As sanções previstas no art. 3º, incisos III , IV e V, destinam-se a punir a reincidência em faltas que já motivaram a aplicação de advertência, bem como faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato, devendo ser considerados para sua aplicação, os princípios da legalidade e proporcionalidade, assim como a culpabilidade do agente da infração.

§ 1º - Será encaminhada à Secretaria Estadual da Saúde para análise de aplicação da sanção de declaração de Inidoneidade pelo Secretario Estadual de Saúde para punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão, cessando os efeitos da penalidade quando houver a reabilitação proclamada pela autoridade competente com a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

SEÇÃO IX - DA DEFESA PRÉVIA E RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 11 - Configurado o não cumprimento da obrigação contratual, previamente à imposição da multa será o contratado notificado da infração e da penalidade a que está sujeito, para, querendo, apresentar defesa prévia nos seguintes prazos:

I - 05 dias úteis, quando as sanções propostas forem a de suspensão temporária, a de multa e advertência previstas no inciso I, II e III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

II - 10 (dez) dias úteis, quando a sanção proposta for a de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n.º. 8.666/93 e quando a sanção proposta for a de impedimento de licitar e contratar com a Administração Publica, prevista no artigo 7º da Lei n.º 10.520/02.

Art. 12 - O não acolhimento da defesa prévia com a consequente aplicação da sanção, deverá ser formalizada por despacho motivado da Autoridade Competente da Fundação Pró-Sangue, cujo extrato deverá ser Publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Observadas as disposições do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Estadual n.º 48.999/2004, do extrato a que se refere o *caput* constarão:

- I - a origem e o número do processo em foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no cadastro da Receita Federal.

Art. 13 O contratado será intimado pessoalmente e por escrito, mediante carta com aviso de recebimento ou por meio de publicação no DOE, caso não seja localizado ou se recuse a assinar a intimação, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso deseje, apresente recurso nos termos da legislação vigente.

Art. 14 Após o julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sistema eletrônico de registro de sanções.

SEÇÃO X - DA APLICAÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA

Art.15 - Imposta a multa, seu valor será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela FUNDAÇÃO PRO-SANGUE. Caso a FUNDAÇÃO PRO-SANGUE não tenha que efetuar pagamentos ao licitante ou contratado infrator a multa deverá ser recolhida em até 30 (trinta) dias a contar de sua imposição.

§ 1º - A multa não paga até a data de vencimento será corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, bem como aplicar-se-ão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo recolhimento.

§ 2º - O não pagamento de multa aplicada no prazo previsto neste artigo ensejará a inscrição no CADIN Estadual e posterior propositura de competente ação judicial.

Art. 16 - Independentemente das sanções estabelecidas nos artigos 5º, 6º e 9º, a contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - Fica delegada ao Gestor da área de Gestão de Suprimentos a competência para aplicar as penalidades impostas por esta Portaria e pela legislação vigente, decorrentes de licitação, em qualquer de suas modalidades, bem como nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, obedecidos os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único – Nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, os pedidos de compra e/ou termos de contratos deverão mencionar expressamente a ciência das proponentes dos termos da presente Portaria.

Art. 18 - As normas estabelecidas nesta Portaria deverão ser inseridas em todos os instrumentos convocatórios das licitações, assim como nos contratos de fornecimento e serviços.

§ 1º - Nos contratos, ordens de serviço, autorizações de compra e outros documentos hábeis de contratação, far-se-á menção expressa à aplicação das disposições desta Portaria.

§ 2º - As disposições constantes desta Portaria também se aplicam às contratações celebradas com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.

Art. 19 - A contagem dos prazos para a entrega de material ou para execução de obra ou serviço dar-se-á em dias corridos.

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pelas autoridades competentes.

Art. 21 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de maio de 2011.

MARCO ANTÔNIO ZAGO
DIRETOR PRESIDENTE

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

<i>CONTRATO ADMINISTRATIVO</i>	<i>N.º xx/2023</i>
<i>PROCESSO ADMINISTRATIVO</i>	<i>N.º 269.00000071/2023-57</i>
<i>PREGÃO ELETRONICO</i>	<i>N.º 70/2023</i>
<i>OBJETO</i>	<i>Aquisição de tubos plásticos para coleta de sangue a vácuo com equipamento em comodato</i>
<i>CONTRATANTE</i>	<i>Fundação Pró-Sangue Hemocentro De São Paulo.</i>
<i>CONTRATADA</i>	<i>XX</i>
<i>VIGÊNCIA</i>	<i>12 (doze) meses</i>
<i>NATUREZA DA DESPESA</i>	<i>339030-32</i>
<i>VALOR</i>	<i>Xxxxxxxxxxxxxx</i>
FUNDAMENTO LEGAL:	Leis Federais 10.520/02, 8.666/93 c/c com disposições da Lei 6.544/89 e Decreto Estadual 49.722/05 c/c com disposições Decreto Estadual 47.297/02

Aos XX dias do mês de XXXXXX de 20XX, em sua sede administrativa, situada na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 155, na capital deste Estado **FUNDAÇÃO PRÓ - SANGUE HEMOCENTRO**

DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ/ MF sob n.º 52.030.830/0001-65, neste ato representada nos termos da competência atribuída pela Portaria FPS/HSP n.º 10/22, pela Diretora de Administração Sra. **MÁRCIA TEIXEIRA GURGEL DO AMARAL**, brasileira, solteira, mestre em saúde pública, residente e domiciliada nesta capital, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.741-92 e do CPF nº 228.818.753-00, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX., inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XX. XXXXXXXXXXXXXXXX SP, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXX – SSP/ SP e inscrito no CPF/ MF n.º XXXX doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o despacho autorizatório constante no Despacho XXXXX do Processo Administrativo n.º 269.00000071/2023-57, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de **Item 01**: 115.500 (cento e quinze mil, e quinhentos) unidades de tubo a vácuo com anticoagulante 6 a 7 ml; **Item 02**: 112.500 (cento e doze mil e quinhentos) unidades de tubo vácuo anticoagulante EDTA K3 2 ml; e **Item 03** : 219.000 (duzentas e dezenove mil) unidades de tubo vácuo s/ant. coagulante 05 ml c/gel separador, **em Lote único**, conforme detalhamento e especificações constantes da Descrição Técnica, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO ÚNICO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ajuste será de 12 (doze) meses, com início em ___/___/___ e término em ___/___/___, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo,

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato

VIII - prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, nos termos do Termo de Referência;

IX - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas

durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

I – indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos insumos, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

II. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo” ou documento similar, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo preço de R\$ _____
(_____), mediante os valores unitários de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARAGRAFO TERCEIRO

Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário 2023, de classificação funcional programática 10.303.0935.4192.0000 e categoria econômica 339030-32.

CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura, à vista do respectivo “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo” ou documento similar, em conformidade com a Cláusula Sexta deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

PARÁGRAFO QUARTO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO QUINTO

O CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMTO

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos

previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Portaria cuja cópia constitui **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, ____ de _____ de 20XX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)

MINUTA DE TERMO DE COMODATO DE EQUIPAMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO FPS: 269.00000071/2023-57

CONTRATO DE COMODATO: nº XX/2023

COMODANTE: XX.

COMODATÁRIO: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

OBJETO: Equipamentos

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 579 e seguintes do Código Civil Brasileiro

Aos XX dias do mês de XXXXXXXX de 202X, em sua sede administrativa, situada na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 155, nesta Capital, a **FUNDAÇÃO PRÓ - SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ/ MF sob n.º 52.030.830/0001-65, neste ato representada nos termos da competência atribuída pela Portaria FPS/HSP n.º 10/22, pela Diretora de Administração Sra. **MÁRCIA TEIXEIRA GURGEL DO AMARAL**, brasileira, solteira, mestre em saúde pública, residente e domiciliada nesta capital, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.741-92 e do CPF nº 228.818.753-00, doravante denominada **COMODATÁRIA** e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XX, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF/ MF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada **COMODANTE**, tendo em vista o despacho homologatório XXXXX, do Processo Administrativo nº 269.00000071/2023-57, têm entre si justo e acordado, a **CESSÃO DE USO EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A **COMODANTE** cede à **COMODATÁRIA** o uso, em comodato de equipamentos de sua propriedade, conforme descrito no Anexo I, que, rubricado pelas Partes passa a integrar o presente Termo.

- 1.2 Os equipamentos deverão estar com a assistência técnica preventiva e corretiva, com acompanhamento técnico credenciado pela **COMODANTE** e fornecer expressamente informações quanto ao consumo elétrico e outras características pertinentes.
- 1.3 A **COMODANTE** deverá ainda substituir os equipamentos por outro no caso de modernização dos mesmos.
- 1.4 O valor dos equipamentos, para efeito de seguro, é o constante da nota fiscal quando da entrada dos mesmos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

- 2.1. O presente contrato vigorará por prazo suficiente e necessário para a utilização dos produtos adquiridos da **COMODANTE**, firmado no Processo Administrativo nº 269.00000071/2023-57, conforme Termo de Contrato nº 0xx/202x.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

- 3.1. A **COMODANTE** obriga-se a:
 - 3.1.1 Instalar os equipamentos em até 05 (cinco) dias, contados da assinatura do presente instrumento.
 - 3.1.2 Prestar assistência técnica preventiva e corretiva, efetuando inclusive a substituição de peças que se fizerem necessárias, no prazo de 24 horas.
 - 3.1.3 Oferecer treinamento aos profissionais apontados pela **COMODATÁRIA**, indicando como operar os equipamentos, se necessário.
 - 3.1.4 Apresentar prova do registro dos equipamentos no Ministério da Saúde e/ou isenção nos casos em que couber.

3.1.5 Contratar seguro para os equipamentos objeto do comodato, para casos de incêndio, danos elétricos, raio, explosão e roubo.

3.1.6 Efetuar a retirada dos equipamentos objeto do presente termo, quando de término de sua vigência, prevista na cláusula segunda acima, no prazo a ser estipulado pela **COMODATÁRIA**, podendo ocorrer inclusive em finais de semana e feriados.

3.1.6.1 Na hipótese de descumprimento dos prazos estipulados no item 3.1.6 acima, a **COMODANTE** confere à **COMODATÁRIA** o direito de efetuar a retirada dos equipamentos, objeto do presente Termo, através de sua equipe de apoio, eximindo-a de quaisquer responsabilidades sobre eventuais danos causados no manuseio dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

4.1. A **COMODATÁRIA** obriga-se a:

4.1.1 Utilizar os equipamentos cedido em comodato única e exclusivamente com os produtos fornecidos pela **COMODANTE**, por força do Termo de Contrato nº XX/202X.

4.1.2 Zelar pelo bom uso dos equipamentos cedidos;

4.1.3 Manter os equipamentos no local onde forem instalados pela **COMODANTE**, comunicando-lhe eventual necessidade de sua remoção para qualquer outro local;

4.1.4. Permitir à **COMODANTE** vistoriar os equipamentos sempre que esta julgar necessário;

4.1.5. Arcar com as despesas decorrentes do funcionamento/utilização dos equipamentos;.

4.1.6. Não alienar, emprestar, alugar, onerar ou gravar, no todo ou em parte, por qualquer título ou forma os equipamentos recebido em comodato;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1. A infringência de qualquer das cláusulas deste Termo por parte da **COMODATÁRIA** facultará à **COMODANTE** o direito de considerar rescindido o presente contrato e de retirar os equipamentos cedidos, onde quer que esteja.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

- 6.1. As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial, originada ou referente a este contrato.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor para um só fim, perante duas testemunhas a tudo presentes, ficando uma com a **COMODANTE** e a outra para ser juntada ao processo nº 269.00000071/2023-57, para os devidos fins e efeitos de direito, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Estado.

COMODATÁRIA

COMODANTE

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)

ANEXO VI

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA DE AMOSTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa _____, nesta data, __/__/__ efetuou a entrega de amostras para os seguintes itens:

Recebido por: -----

Local: Endereço para Envio: Av. Rebouças nº 600 - Subsolo - Bairro Cerqueira César – Prédio dos Ambulatórios do Hospital das Clínicas - Almoxarifado da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo - aos Cuidados de Juliana Yamanaka - telefone (11) 4573-7540.

ANEXO VII
ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Nº FORMULA	FORMULA		ÍNDICE	INDICA	VALORES DE REFERÊNCIA	
	SIGLA	DISCRIMINAÇÃO				
I	AC PC	<u>ATIVO CIRCULANTE</u> PASSIVO CIRCULANTE	LIQUIDEZ A CURTO PRAZO	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO CIRCULANTE PARA CADA R\$ 1,00 DE PASSIVO CIRCULANTE	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO
II	AC+RLP PC+ELP	<u>ATIVO CIRC + REALIZ</u> PASS. CIRC + ELP	LIQUIDEZ A CURTO E LONGO PRAZO	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL PARA CADA R\$ 1,00 DE PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO
III	PC+ELP PL	<u>PASS. CIRC. + ELP</u> PATR. LÍQUIDO	ENDIVIDAMEN- TO A CURTO E A LONGO PRA- ZO EM RELAÇÃO AO PATRIMONIO LÍQUIDO	QUANTO A EMPRESA TEM DE DÍVI- DAS PARA CADA R\$ 1,00 DE PATRI- MONIO LÍQUIDO	INFERIOR OU IGUAL A R\$1,50 SUPERIOR A R\$1,50	APTO INAPTO
IV	AP PL + ELP	<u>INVEST+IMOB+INTANG</u> PATR. LIQ. + ELP	IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	QUANTO A EMPRESA APLICOU NO ATIVO PERMANENTE PARA CADA R\$ 1,00 DO PATRIMONIO LÍQUIDO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	INFERIOR OU IGUAL A R\$1,50 SUPERIOR A R\$1,50	APTO INAPTO
V	AT PC+ELP	<u>ATIVO TOTAL</u> PASS. CIRCULANTE + ELP	SOLVÊNCIA GERAL	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO TOTAL PARA CADA R\$ 1,00 DE DÍVIDAS TOTAIS	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO

Critério de avaliação:

O licitante será APROVADO quando for considerado APTO em pelo menos três índices.

APTO INDICE I - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00

APTO INDICE II - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00

APTO INDICE III - VALOR INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1,50

APTO INDICE IV - VALOR INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1,50

APTO INDICE V - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$ 1,00

